



UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA

DANIELA MARTINS TERRA

**EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
CARACTERÍSTICAS GERAIS E POSSIBILIDADES NO
ENSINO DE HISTÓRIA**

Londrina
2012

DANIELA MARTINS TERRA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
Características gerais e possibilidades no ensino de História

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de História da
Universidade Estadual de Londrina.

Orientadora: Profa. Dra. Maria de Fátima da
Cunha

Londrina
2012

DANIELA MARTINS TERRA

EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL:
Características gerais e possibilidades no ensino de História.

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao curso de História da
Universidade Estadual de Londrina.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Orientador
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Prof. Componente da Banca
Universidade Estadual de Londrina

Londrina, ____ de _____ de ____.

Dedico este trabalho aos meus pais Ruth e José Donizete pela confiança e motivação e ao meu esposo Alexandre companheiro de todos os momentos, com quem amo compartilhar a vida.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus, meu grande Mestre.

À minha orientadora Profa. Dra Maria de Fátima da Cunha pelo valoroso suporte, correções e incentivo sem os quais certamente esse trabalho não se desenvolveria.

Aos professores do Departamento de História, pelas estimulantes e enriquecedoras discussões em sala de aula.

Aos colegas que estiveram comigo durante o curso, especialmente a minhas companheiras de biblioteca e disciplinas optativas Franciele Mendes Alves e Thamara Regina Pergentino da Silva.

Ao corpo administrativo da UEL, principalmente aos funcionários do Departamento de História e Bibliotecas Central e Setorial CCH.

A todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigada.

“No processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. (...) Ao introduzir novas concepções de tempo e espaço na educação, a educação a distância tem função estratégica: contribui para o surgimento de mudanças significativas na instituição escolar e influi nas decisões a serem tomadas pelos dirigentes políticos e pela sociedade civil na definição das prioridades educacionais.”

Plano Nacional de Educação – Lei n. 10.172,
de 09 de janeiro de 2001.

TERRA, Daniela Martins. **Educação a Distância no Brasil**: características gerais e possibilidades no ensino de História. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso - Universidade Estadual de Londrina. 2012.

RESUMO

Os rumos que a educação vem trilhando representam a própria evolução da sociedade contemporânea. A intenção inicial da implantação da educação a distância no Brasil deu-se para possibilitar o acesso a educação em um país de dimensões continentais especialmente em regiões mais remotas que carecem de alternativas para atender a demanda. Citamos a relação entre os professores e a tecnologia, que se apresenta muitas vezes como um paradigma intransponível por diferentes circunstâncias, bem como o papel dos tutores na formação dos alunos. Este trabalho tem por objetivo demonstrar a trajetória da Educação a Distância no Brasil no início do século XX e seu crescimento vertiginoso após a metade dos anos 90, estimulado pela popularização do uso da internet, elaboração de legislação própria e ampla divulgação da oferta de cursos ofertados, sobretudo pela iniciativa privada. Outro objetivo proposto é analisar como o ensino de História pode ser enriquecido através da utilização consciente das TIC, contribuindo para a melhoria da qualidade na formação dos alunos.

Palavras-chave: Educação a Distância. Tecnologia. História.

TERRA, Daniela Martins. **Distance Education in Brazil: General characteristics and possibilities in teaching history.** 2012. Trabalho de Conclusão de Curso – Universidade Estadual de Londrina. 2012.

ABSTRACT

The direction that education is treading represent the evolution of contemporary society. The original intention of the implementation of distance education in Brazil has to provide access to education in a country of continental dimensions especially in remote areas that lack alternatives to meet demand. We cite the relationship between teachers and technology, which often presents itself as a paradigm impassable by different circumstances, and the role of mentors in the training of students. This paper aims to demonstrate the trajectory of Distance Education in Brazil in the early twentieth century and its rapid growth after the mid-90s, spurred by popularizing the use of the internet, drafting legislation and broad dissemination own supply of courses offered mainly by private enterprise. Another proposed goal is to analyze how the teaching of history can be enriched through the conscious use of ICT, contributing to improved quality in the training of students.

Key words: Distance Education. Technology. History.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	09
2 EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL.....	12
2.1 HISTÓRIA DA EAD NO BRASIL	12
2.2 NÚMEROS DO CENSO EAD 2009	13
2.3 LEGISLAÇÃO BRASILEIRA SOBRE EAD.....	14
2.4 EVOLUÇÃO DA EAD NO BRASIL	17
2.5 Gerações de EAD.....	23
3 ENSINO DE HISTÓRIA NA EAD	25
3.1 OS PROFESSORES E A EAD	28
3.2 TUTORIA PRESENCIAL (SALA) E ELETRÔNICA	32
3.3 EAD COMO FORMA DE INCLUSÃO SOCIAL	33
4 CONCLUSÃO.....	35
REFERÊNCIAS.....	37

INTRODUÇÃO

Ao tratarmos da temática da educação a distância, somos impelidos a retroceder no tempo até o início do século XX, quando formalmente podemos constatar o começo de experiências que podem ser qualificadas como próximas deste tipo de projeto de ensino.

Através dos correios, os estudantes recebiam em casa seus livros e outros materiais impressos para que pudessem estudar. Após finalizar o estudo do material proposto, o devolviam também pelos correios, suas provas, juntamente com outras atividades relacionadas ao curso. (VIANNEY, TORRES E SILVA, 2003, p. 37).

A idéia de educação a distância como a que temos hoje se mostrou conveniente a partir da adesão de uma demanda latente no aprender, no caso particular do ensino superior, em geral estudantes que ao concluírem o Ensino Médio não deram prosseguimento aos estudos e em decorrência da exigência do mercado de trabalho recorrem a educação a distância pela flexibilidade que apresenta, como forma de dar continuidade a seu processo de formação.

Hoje, de acordo com Frederic Litto (2007), os críticos já admitem que a educação passa uma fase de transição entre um modelo de ensino e aprendizagem para outro e que a utilização dos recursos tecnológicos, antes restritos ao modelo a distância, estão contribuindo para a melhoria de aproveitamento e da qualidade do ensino no modelo tradicional resultando na quebra de barreiras entre as duas modalidades, entretanto, essa transição não resultará no desaparecimento de um modelo em detrimento do outro modelo e sim, na constituição de um terceiro modelo híbrido.

O uso de informática na educação não é sinônimo de maior qualidade do ensino, é necessário cautela para que a modernidade da tecnologia utilizada em sala de aula não mascare modelos de ensino tradicionais como os baseados na simples repetição e memorização do conteúdo.

A presença de aparato tecnológico na sala de aula, não garante mudança na forma de ensinar e aprender. A informática deve servir para enriquecer o ambiente educacional, propiciando a construção de conhecimentos por meio de uma atuação ativa, crítica e criativa por parte dos alunos e professores. (MARQUES, CAETANO p. 135/136 – MERCADO, org. 2002)

Abdul Khamapud Burch (2012) afirma que as sociedades do conhecimento resultantes da evolução das modalidades de ensino por meio da tecnologia da informação e da comunicação, ainda não são um fato real, pelo menos em muitas partes do mundo. O autor enfatiza que é preciso descobrir como fazer dessas sociedades uma realidade para todos. Para isto, é preciso transformar a simples visão em ações concretas, somente dessa forma é possível assegurar alguma evolução.

Cabe observar que, apesar da oferta de todas as ferramentas e modelos pedagógicos disponibilizadas pela tecnologia, a presença do professor ainda figura como o principal ator nesta dinâmica de aprendizado.

Leite (2011 apud VELOSO, 2011) ressalta que o mundo vivencia hoje nos grandes centros o predomínio das mídias nas atividades socioculturais, as tecnologias digitais têm presença marcante no trabalho e na vida diária e no entretenimento das pessoas e que a atividade educativa realizada nas escolas consiste em uma dinâmica sociocultural que também está exposta aos apelos da tecnologia, cabendo aos educadores desvendar as formas pelas quais as mídias podem ser integradas aos processos pedagógicos.

Os recursos tecnológicos, tão presentes hoje na vida social, devem ser incorporados ao ensino: a escola é uma instituição social e o que existe na sociedade deve existir nela também. O importante é que esses recursos não sejam considerados apenas como instrumentos, meios para ensinar, mas também como objeto de ensino e aprendizagem. Isto quer dizer que se deve usar a TV, o computador como novas linguagens (...) e considerar também que essas novas tecnologias de leitura na tela suscitam processos cognitivos também diferentes. (SOARES, Magda 2001, pg.36).

Damásio (2007) reforça que o uso de tecnologias na educação vem promovendo a igualdade de oportunidades, melhorando a forma de difusão e gestão do conhecimento.

A educação a distância reflete a evolução do sistema de ensino como um todo. No Brasil ela surgiu como uma alternativa para levar a instrução a lugares ermos e isolados do vasto território brasileiro, mas hoje, devido à evolução tecnológica, ela concorre com o sistema tradicional presencial em todas as regiões do país, incluindo os grandes centros e capitais, onde percebe-se com maior nitidez o desenvolvimento tecnológico. O próximo passo da evolução, que hoje vivenciamos

é a síntese dos dois modelos em um só, com a migração do melhor da tecnologia da educação à distância, para dentro do ensino presencial, em prol da melhoria da qualidade do ensino de forma geral.

Silva (2001) ressalta que existem ainda inúmeras oportunidades proporcionadas pelas TIC que devem ser exploradas pelas escolas. Cabe às escolas organizar o uso dessa tecnologia de forma responsável para que ela venha auxiliar nas tarefas do dia-a-dia, diversificando a forma de exposição do conteúdo ao aluno e facilitando a formação dentro dos objetivos propostos.

Por outro lado, Carneiro (2002 *apud* VELOSO, 2011) chama a atenção o uso responsável da Tecnologia da Informação e da Comunicação na educação, como uma ferramenta auxiliar no processo de ensino-aprendizagem, associada à análise consistente dos avanços tecnológicos.

Estes são algumas questões abordadas nesta monografia, que tem como objetivo principal fazer uma discussão acerca da Educação à distância (EAD) no Brasil e como podemos pensar o ensino de História nesta modalidade educativa.

A presente monografia está dividida em dois capítulos, o primeiro capítulo aborda de que forma a educação a distância se desenvolveu no Brasil, sua história, evolução e legislação.

O segundo capítulo traz uma reflexão sobre a educação a distância no ensino de História e a relação dos docentes com as TIC, além da análise do papel dos tutores presenciais e eletrônicos e sua contribuição no processo de formação dos alunos.

2 A EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA NO BRASIL

2.1 História da EAD no Brasil

O termo educação a distância designa um processo de autoaprendizagem, consentindo ao aluno a autonomia no processo de ensino-aprendizagem que ocorre através da tecnologia, no qual professor e estudante estão separados física ou temporalmente, entretanto dispõem de recursos para facilitar a comunicação, tais como e-mail, chat e fóruns.

Para qualquer processo de aprendizado adequado, presença é indispensável. O que mudou consideravelmente nos últimos tempos é a descoberta da presença virtual, ou seja, de um tipo de presença a distância. A mais praticável no momento é aquela veiculada em redes como a Internet, nas quais o aluno pode fazer sua pesquisa e elaboração própria sob a orientação do professor, de modo constante. (Demo 1998 p. 61)

Não há consenso quanto ao princípio da EAD no Brasil, é possível afirmar que os primeiros modelos eram realizados por intermédio dos Correios no ano de 1904.

A EAD como a entendemos hoje surge no Brasil, mais especificamente no ensino superior a distância com a intensificação do uso das novas Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) e da internet a partir da segunda metade dos anos de 1990, o que conhecemos anteriormente a este período faz parte das três primeiras gerações, voltadas principalmente a oferta de cursos supletivos e profissionalizantes, seguindo o modelo de cursos por correspondência que posteriormente são complementados com as aulas em áudio e vídeo.

A partir de 1994, com a ampliação do uso da Internet e em 1996 com a publicação da LDB Nacional, que afirma a educação a distância como modalidade de ensino válida e análoga a educação presencial em todos os níveis de ensino, as IES iniciam a oferta de cursos on-line, ou principiam um tímido uso das novas tecnologias.

Os primeiros cursos EAD oferecidos eram os destinados a formação de professores para atuarem no Ensino Fundamental e Médio, e assim abolir a atuação de indivíduos sem formação específica como educadores. Como o uso da

Internet era muito restrito, foram criados centros de apoio que contavam com computadores com acesso a rede, pequenas bibliotecas que dispunham de conteúdo específico sobre os cursos ofertados e tutoria presencial, atualmente essas unidades de apoio são denominadas polos de apoio presencial.

Após o final da década de 90, é possível observar o encerramento de um ciclo da EAD que durou cerca de um século e o início da 4ª e principalmente da 5ª geração que são marcadas pelo uso da tecnologia de formas definitiva e imprescindível para seu andamento.

2.2 Números do censo EAD 2009

O Censo EaD.BR exibe o resultado de pesquisas realizadas com ex-alunos e instituições credenciadas pelo MEC que praticam a educação a distância, considerando o ano de 2008. Instituições que obtiveram o credenciamento somente a partir de 2009 não participaram. As pesquisas foram feitas entre os meses de março e maio de 2009. Como a participação das IES era voluntária, alguns números podem estar subestimados.

De acordo com dados publicados pelo MEC em 2010 sobre o Censo EAD realizado em 2009, são ofertados 1752 cursos na modalidade EAD, sendo em sua maioria cursos de especialização (37% de todos os cursos) seguidos por cursos de graduação (26,5%). Os cursos de formação de professores são o maior grupo (31,5%), em seguida os de administração/gestão (19%) e tecnologia e informática (6,7%).

Esse último Censo EAD demonstra alguns números sobre cursos de graduação a distância:

- 760.559 alunos em 109 instituições credenciadas com alunos em 2008;
- Instituições particulares: 551.860 alunos em 49 IES;
- Instituições públicas com ensino gratuito: 49.139 alunos em 48 universidades federais, estaduais e institutos federais.

Segundo as IES 53,4% dos alunos são do sexo feminino e a faixa etária dos matriculados é mais avançada do que na educação presencial, mais da metade das instituições informou que seus alunos tem a média de idade maior que

30 anos, cerca de 35% dos acadêmicos têm entre 30 e 34 anos.

É possível observar no quadro 1 que os cursos com maior procura tem se mantido estáveis, os cursos de licenciatura, sobretudo nos cursos voltados para formação de professores que atuam nas séries iniciais, especialmente pessoas que trabalham como professores, porém não possuem diploma de graduação. Esse quadro aglutina dados informados pelo MEC/Inep nas amostras obtidas em 2007 no Censo da Educação.

Quadro 1 – Cursos e porcentagem de matrículas.

ÁREAS DE PREDILEÇÃO DA EaD – MATRÍCULAS DE 2007			
Licenciaturas		215.703	58,3%
	Pedagogia e Normal Superior	155.431	
	Letras	25.795	
	Matemática	10964	
	Biologia	6.916	
	História	5.569	
Administração/Gestão		100.879	27,3%
	Administração	40.101	
	Competências Gerenciais	33.460	
	Marketing	8.456	
Serviço Social		31.115	8,4%
Ciências Contábeis		12.165	3,3%
Total		359.862	97,3%
Total Geral		369.766	100,0%

Fonte: MEC/INEP/Censo

2.3 Legislação brasileira sobre EAD

A legalização do Ensino Superior na modalidade a distância deu-se com a publicação da Lei de Diretrizes e Bases 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que no artigo 80 trata especificamente da regulação do ensino a distância:

Art. 80. O Poder Público incentivará o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidades de ensino, e de educação continuada.

§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União.

§ 2º A União regulamentará os requisitos para a realização de exames e registro de diploma relativos a cursos de educação a distância.

§ 3º As normas para produção, controle e avaliação de programas de educação a distância e a autorização para sua implementação, caberão aos respectivos sistemas de ensino, podendo haver cooperação e integração entre os diferentes sistemas.

§ 4º A educação a distância gozará de tratamento diferenciado, que incluirá:
 I - custos de transmissão reduzidos em canais comerciais de radiodifusão sonora e de sons e imagens e em outros meios de comunicação que sejam explorados mediante autorização, concessão ou permissão do poder público;
 II - concessão de canais com finalidades exclusivamente educativas;
 III - reserva de tempo mínimo, sem ônus para o Poder Público, pelos concessionários de canais comerciais.

A partir daí observa-se o crescimento exponencial da EAD. De acordo com levantamento feito pelo Anuário Brasileiro Estatístico de Educação Aberta e a Distância (AbraEAD) de 2008, mais de 2,5 milhões de brasileiros estudaram em cursos com metodologias a distância, isso equivale a 1 em cada 73 brasileiros. Foram contabilizados além dos cursos de graduação e pós-graduação, quaisquer outros tipos de instrução que utilizam o meio eletrônico para transmissão de conhecimento. De acordo com BEILER, PERNIGOTTI e FARIA (MEDEIROS, M.F. e FARIA. E.T. org. pg. 337/338. 2003)

Entre as muitas razões que justificam a EAD no Brasil estão as dimensões continentais do território brasileiro proporcionando a flexibilização do acesso ao ensino (especialmente o ensino superior) numa perspectiva de democratização das oportunidades; as limitações de recursos financeiros para os necessários investimentos em Educação e o rápido desenvolvimento de tecnologias informacionais e comunicacionais que encurtam distâncias, facilitando as condições de penetrabilidade de iniciativas educativas e, ao mesmo tempo, tensionam as relações de aprendizagem em diferentes dimensões.

Em complementação ao artigo 80 da LDB, em 1998 o MEC e a Secretaria de Educação a Distância em seu Decreto nº 2.494 de 10 de fevereiro, em seu art. 1º definiram o conceito de EAD como “uma forma de ensino que possibilita a auto-aprendizagem com a mediação de recursos didáticos sistematicamente organizados, utilizados isoladamente ou combinados e veiculados pelos diversos meios de comunicação”.

Vemos assim a criação de uma nova forma de aprendizagem, que acontece de forma autônoma, longe do professor e concretizando-se por meio do uso de tecnologias da informação e comunicação, conferindo grande independência ao estudante ao possibilitar a escolha de horários, determinação do tempo e local de estudo dispensando-o de algumas situações presenciais, embora haja espaço para

a interação com a instituição e colegas de classe, dependendo da forma como o curso é realizado.

Neste mesmo decreto que conceituou a EAD, também criou regras às Instituições de Ensino Superior que almejavam ofertar cursos a distância nos níveis de graduação, pós-graduação e ensino profissional tecnológico, documento revisado em 2007, *Referenciais de Qualidade para a Educação Superior a Distância* discorre acerca de oito princípios básicos com o intuito de assegurar a qualidade e que também são utilizados nas avaliações dos pedidos de liberação de oferta de novos cursos.

- Concepção de educação e currículo no processo de ensino e aprendizagem;
- Sistemas de comunicação;
- Material didático;
- Avaliação;
- Equipe multidisciplinar;
- Infraestrutura de apoio;
- Gestão acadêmico-administrativa;
- Sustentabilidade financeira.

Documentos como esse são importantes referenciais de qualidade e ferramentas na tentativa de inibir a abertura de cursos de baixa qualidade, coibindo a precarização dos cursos superiores de Ead, evitando dessa forma que se justifique o preconceito, já enraizado na sociedade contra essa forma de ensino. De acordo com Édson de Souza Franco:

Culturalmente, as resistências à educação a distância decorrem de uma formação histórica elitista do sistema educacional brasileiro, com uma forte desvalorização do ensino técnico e o enraizamento de uma visão equivocada quanto às formas de ensino não-convencionais, consideradas como de “segunda linha”, de significação marginal ou de destinação social inferior. (pg.13/14) Leg. E normas da ead. 2005.

Em 18 de outubro de 2001, através da publicação da Portaria MEC nº 2.253, seu artigo 1º oportuniza as IES federais a introdução de disciplinas não presenciais, modelo híbrido que pode ser considerado um avanço e oportunidade de demonstrar que as tecnologias da informação e comunicação contribuem no processo de ensino-aprendizagem, enriquecendo por meio da interatividade as experiências educacionais dos acadêmicos do ensino presencial.

“As IES do sistema federal de Ensino poderão introduzir, na organização pedagógica e curricular de seus cursos superiores reconhecidos, a oferta de disciplinas que, em seu todo ou em parte, utilizem método não presencial, com base no artigo 80 da Lei nº 9.394/96, de 1996 e no disposto nesta portaria.”

§ “1º: As disciplinas a que se refere o caput, integrantes do currículo de cada curso superior, não poderão exceder a vinte por cento do tempo previsto para a integralização do respectivo currículo”.

2.4 Evolução da EAD no Brasil

A experiência brasileira formalmente registrada com a EAD data do início do século XX, já nas primeiras tentativas de estabelecimento da modalidade no país é perceptível o desenvolvimento e o sucesso haja vista a expansão e a concentração de esforços para ampliação da oferta.

Quadro 2 - Evolução da EAD no Brasil.

Ano	Descrição
1904	Implantação das "Escolas Internacionais" representam organizações norte-americanas, inicialmente ofereciam cursos pagos feitos por correspondência em espanhol.
1923	Criação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro por Edgard Roquette- Pinto com fins de educação e divulgação da ciência em todo o Brasil. Ofereciam cursos de português, francês, silvicultura, literatura francesa, esperanto, radiotelegrafia e telefonia, marcou o início da educação pelo rádio.
1932	Lançamento do Manifesto Pioneiros da Escola Nova, proposta de uso dos recursos de rádio, cinema e impressos na educação brasileira. Criação do programa radiofônico Hora da Ginástica, que ficou no ar por mais de 51 anos, no ar além de exercícios físicos para as “rádio-ginastas” desenvolvia campanhas de saúde, dissertava sobre os objetivos da educação física, divulgava normas de higiene, moral e civismo.
1934	Instalação da Rádio-Escola Municipal no Rio de Janeiro, por Roquette- Pinto se coloca efetivamente em prática a rádio escola no país. Interação com alunos através de correspondência.
1936	Doação da Rádio Sociedade do Rio de Janeiro ao Ministério da Educação e Saúde, sob condição de ser utilizada somente com finalidade cultural e educativa.

	Criação do Instituto Nacional do Cinema Educativo no Rio de Janeiro.
1937	Criação do Serviço de Radiodifusão Educativa do Ministério da Educação.
1939	Criação do Instituto Rádio Técnico Monitor em São Paulo-oferecimento de cursos técnicos profissionalizantes a distância por correspondência. No kit de materiais, havia peças para a construção de um rádio caseiro ao final do curso.
1941	Instituto Universal Brasileiro – um dos pioneiros no oferecimento de cursos abertos profissionalizantes a distância por correspondência para classes populares visando ao mercado de trabalho. Criada a Universidade do Ar no Rio de Janeiro, com emissões radiofônicas para a formação de professores leigos.
1943	Criação da escola rádio-postal A Voz da Profecia pela igreja Adventista, primeiro programa religioso apresentado no Brasil pelo rádio. Oferecia cursos bíblicos.
1947	Universidade do Ar, fundada pelo SESC, SENAC e emissoras associadas em São Paulo.
1957	Criação pelo Governo Federal da Mobilização Nacional de Erradicação do Analfabetismo com a instituição do Sistema Rádio Educativa Nacional (SIRENA). Criação da Escola Líder. Oferta de cursos profissionalizantes por correspondência.
1959	Criação de escolas radiofônicas que originaram o Movimento de Educação de Base (MEB), marco na EAD não formal no Brasil.
1961	Acordo entre o MEC e a CNBB acerca do Movimento de Educação de Base (MEB) que em 1963 chegou a ter 7 mil escolas radiofônicas no Brasil. Programa da Fundação João Batista do Amaral Alfabetização de Adultos com veiculação pela TV Rio até 1965. Cursos Especializados Ultramodernos no Rio de Janeiro, cursos por correspondência para aprendizado de violão e guitarra.

1962	Fundação da Ocidental School, escola americana focada no campo da eletrônica, editando revistas e aulas.
1967	<p>Instituto Brasileiro de Administração Municipal (Ibam), escola pública de ensino por correspondência.</p> <p>Criação da Fundação Padre Anchieta (atual TV Cultura), o núcleo de EAD com metodologia de ensino por correspondência e via rádio.</p> <p>Projeto Saci (Satélite Avançado de Comunicações Interdisciplinares)- objetivo de criar um sistema nacional de telecomunicações com o uso de satélite. O projeto foi encerrado em 1976.</p>
1969	Inauguração da TV Cultura com o lançamento do telecurso Madureza Ginásial, primeira série educativa gerada pela Fundação Padre Anchieta.
1970	<p>Projeto Minerva - convênio entre o Ministério da Educação, a Fundação Padre Landell de Moura e a Fundação Padre Anchieta, utilização do rádio para a educação e a inclusão social de adultos.</p> <p>Portaria nº. 408 sobre a obrigatoriedade da transmissão gratuita de programas educativos, por 5 horas semanais.</p>
1972	Criação do PRONTEL – Programa Nacional da Tele-Educação.
1973	O Projeto Minerva passa a produzir o Curso Supletivo de 1º Grau em parceria com o MEC e Secretarias de Educação.
1976	Criação do Sistema Nacional de Teleducação, ensino por correspondência criado pelo SENAC.
1977	<p>Criação da Fundação Roberto Marinho em novembro de 1977.</p> <p>Lançamento do programa de educação supletiva a distância para 1º e 2º graus Telecurso 2000, pela Fundação Roberto Marinho, mais de 4 milhões de pessoas beneficiadas.</p>
1978	<p>Criação do Colégio Anglo-Americano, produção e oferta de cursos por correspondência com alunos no Brasil e em outros 27 países.</p> <p>Lançamento pela Fundação Roberto Marinho do Telecurso 2º Grau, além das aulas pela televisão, eram produzidos fascículos</p>

	semanais vendidos em bancas de revistas.
1979	POSGRAD – Programa de Pós-Graduação Tutorial a Distância, implantado pela ABT e CAPES, visando a capacitação de docentes universitários no interior do país.
1980	Universidade Aberta – Convênio da UnB com a OpenUniversity para implantação de programas de EAD no Brasil. Cursos nas áreas de Ciências Políticas, relações internacionais e pensamento político brasileiro. Cursos de extensão com seis meses de duração, com uso de fascículos e encontros presenciais de tutoria em capitais de estado.
1981	CIER - Centro Internacional de Estudos Regulares do Colégio Anglo-Americano, oferece ensino fundamental e médio a distância para brasileiros que se mudam temporariamente para o exterior.
1983	Abrindo Caminhos - SENAC desenvolveu uma série de programas radiofônicos nas áreas de comércio e serviços.
1985	Lançamento do Novo Telecurso 2º Grau em parceria com o Banco Bradesco, produção de 900 tele aulas e de 500 programas de rádio com veiculação diária.
1988	O Ministério da Educação publicou a portaria 511/88 constituindo um grupo de trabalho para elaborar uma proposta de Política Nacional de Educação a Distância, o INEP cria uma coordenadoria de Educação a Distância. Centro Nacional de Educação a Distância (Cead) - informatização do sistema de EAD do Senac.
1991	Programa Jornal da Educação - Edição do Professor, produzido pela Fundação Roquette-Pinto.
1992	Institucionalização da EAD pelo Ministério da Educação - a Secretaria de Ensino Superior do MEC propõe discussões para estimular a EAD nas universidades brasileiras. Surge a proposta das "Cátedras da UNESCO". Criação da Coordenação Nacional de EAD, no organograma do MEC.- 1995 - Salto para o Futuro, o novo nome do programa Jornal da Educação, transmitido pela TV Escola (canal educativo da Secretaria da Educação a Distância do MEC), com o objetivo de formação continuada e aperfeiçoamento de professores.
1994	O Núcleo de EAD da UFMT cria o curso de Licenciatura em Educação Básica.

1995	O Ministério da Educação cria a Secretaria de Educação a Distância em dezembro de 1995.
1996	Implantação da série radiofônica: Espaço Cultural SENAC, série radiofônica, hoje denominada Sintonia SESC-SENAC. Em 20 de dezembro foi sancionada pelo Presidente da República a Lei 9.394 que ficou conhecida com Lei de Diretrizes e Bases (LDB) e trouxe em seu bojo o artigo 80 que sinalizava a necessidade da regulamentação e de um tratamento especial a educação a distância no Brasil. A consolidação da regulamentação da EAD foi disposta no Decreto 5.622 de 19/12/2005.
1999	Tem início o processo de autorização e credenciamento de cursos superiores a distância pelo MEC. As primeiras instituições credenciadas foram a Universidade Federal do Pará e a Universidade Federal do Ceará.
2000	Criação da Rede Nacional de Teleconferência, com transmissão via satélite pela STV -Rede Sesc-Senac de Televisão.

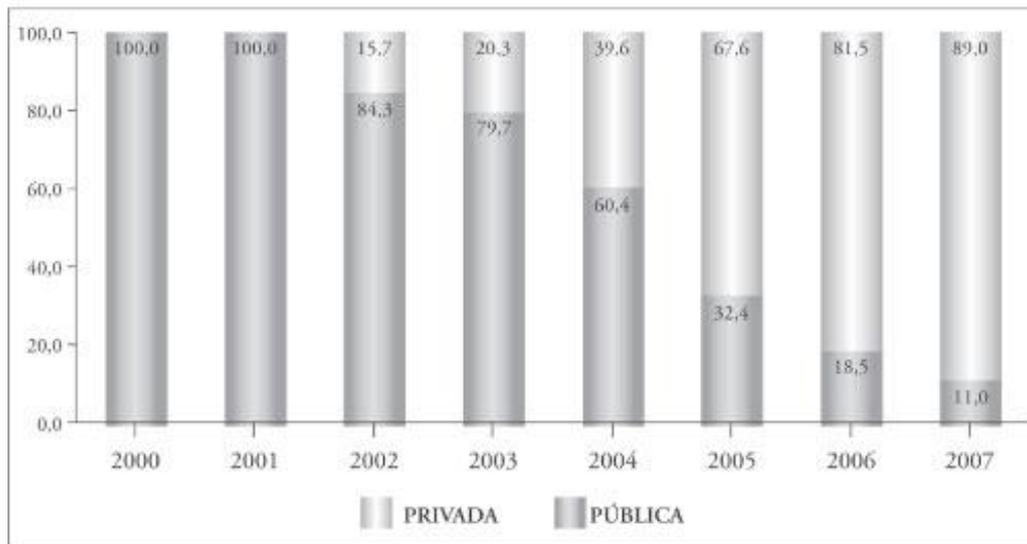
FONTES: Adaptado de VIANNEY, J. (2003); MAIA, C.; MATTAR, J (2007)

Por meio deste quadro sintético sobre a evolução da EAD no Brasil, percebe-se a vanguarda na atuação de institutos privados bem como entes públicos unindo forças a fim de prover as carências educacionais instaladas principalmente nas regiões interioranas e acompanhar o desenvolvimento da tecnologia na comunicação brasileira.

É possível observar nos gráficos¹ e ² o crescimento da iniciativa privada brasileira em detrimento da pública na última década, que embora tenha começado tardiamente, em um curto período passou a responder por quase 90% das matrículas, que nessa mesma década cresceram de mais de 12.000%.

Gráfico 1

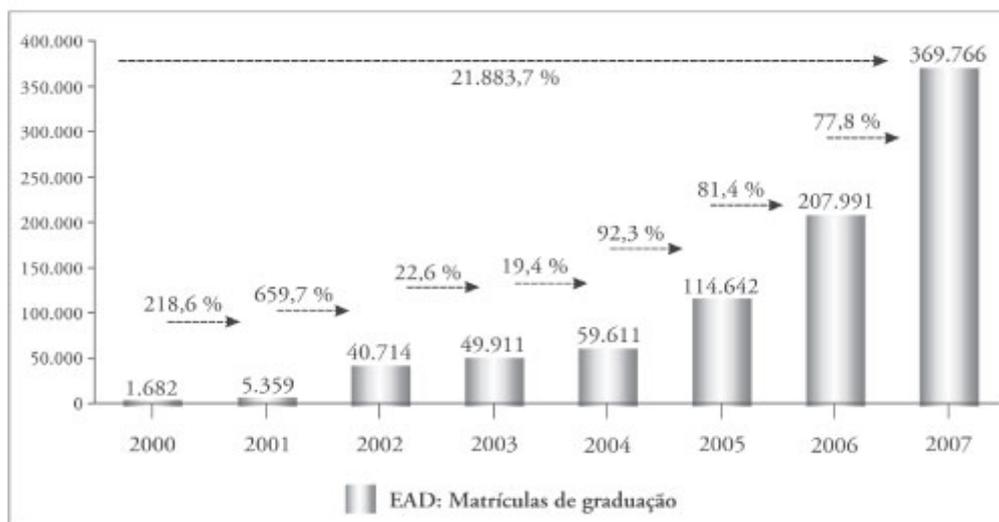
Distribuição percentual da EaD, por categoria administrativa – Brasil: 2000-2007



Fonte: MEC/INEP/Censo.

Gráfico 2

Evolução das matrículas de EaD – Brasil: 2000-2007

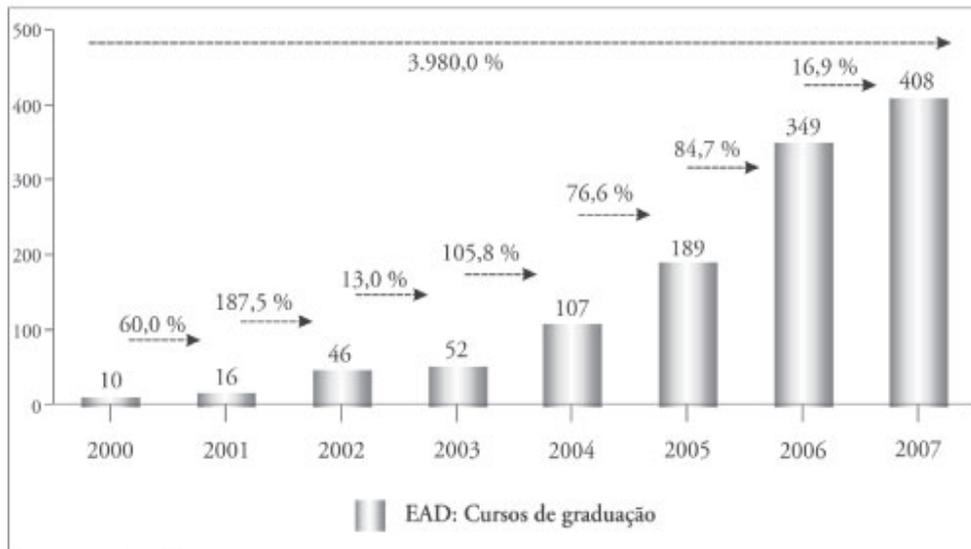


Fonte: MEC/INEP/Censo.

O gráfico 3 ilustra o vertiginoso crescimento de instituições que ofertam cursos na modalidade EAD, especialmente entre os anos de 2005 e 2006, justificando a demanda por matrículas entre 2005 e 2007.

Gráfico 3

Evolução dos cursos de EaD – Brasil: 2000-2007



A partir da década de 70 o governo iniciou o processo de regulamentação da EAD, pois as experiências anteriores em sua maioria não possuíam vínculo com o Estado, partindo da ação da sociedade civil organizada e entidades privadas.

De acordo com VIANNEY, TORRES e SILVA (2003 p.4),

Universidades, centros de pesquisa e empresas públicas e privadas que se dedicaram aos temas da educação a distância a partir da metade da década de 1990, dominaram, em poucos anos o ciclo de desenvolvimento em tecnologia digital para criar ambientes virtuais de aprendizagem, estabeleceram metodologia própria para formatar e publicar conteúdos e atividade multimídia desenvolveram logística para oferecer cursos a distância em escala nacional, criaram estratégia de gerenciamento administrativo e abordagens pedagógicas para atender alunos on-line em centrais remotas de monitoria e tutoria.

2.5 Gerações de EAD

Na EAD consideramos cinco gerações ou modelos, são elas:

1ª Geração: A EAD no Brasil tem início em 1904 com a publicação nos jornais do Rio de Janeiro acerca da oferta de cursos por correspondência. Proporcionavam a iniciação profissional em áreas como artes, caligrafia e desenho, utilizando-se de material impresso, tais como cartas, formulários, resumos, fichas de estudo que eram entregues via correios. Essa geração tem seu ápice na década de 1940, especialmente entre os anos de 1939 e 1941 com a fundação do Instituto

Monitor e do Instituto Universal Brasileiro, que inovaram ofertando cursos de técnicos a distância como mecânica, eletrônica, eletrotécnica, segundo Vianney (2003, p. 114), “o Instituto Monitor e o Instituto Universal Brasileiro responderam por mais de 3 milhões de matrículas em cursos por correspondência ao longo do século XX no país.”

2ª Geração: Também conhecida como geração multimídia, pois além dos materiais impressos, utilizava-se de recursos tecnológicos mais avançados, como vídeo e áudio. O uso do rádio a partir de 1923, com as transmissões da rádio Sociedade do Rio de Janeiro, criada por Edgar Roquette-Pinto e posteriormente na década de 1960 programas de alfabetização do Movimento Educacional de Base em parceria com a igreja católica.

3ª Geração: Podemos considerar como modelo precursor do praticado na atualidade, a tele-educação tornou mais dinâmico o processo de ensino-aprendizagem, além de fomentar a sociabilização e interatividade entre os alunos dessa geração com a montagem de salas de aulas.

4ª Geração: O acesso a internet e a possibilidade da mediação pelo computador marcaram essa geração.

5ª Geração: Por meio da evolução dos recursos de tecnologia da informação, essa geração é potencialmente privilegiada em suas possibilidades de interação e comunicação, tais avanços contribuíram de forma definitiva para a expansão dos cursos a distância, outro fator determinante no uso e maior aceitação dessa modalidade de ensino é de certa forma uma transformação social, ou seja, o aumento das pessoas que veem com normalidade os ambientes virtuais, que nada mais são que a possibilidade da interação entre pessoas em locais diferentes.

3 ENSINO DE HISTÓRIA NA EAD

Diante das inúmeras opções que a tecnologia oferece as IES e aos professores, as informações são disponibilizadas ao mesmo tempo em que são produzidas, naturalmente podem surgir alguns questionamentos sobre a importância do ensino de História e qual é sua utilidade ou valor na sociedade do século XXI.

Para Marc Bloch (2001, p. 65) “a incompreensão do presente nasce fatalmente da ignorância do passado”, portanto o ensino de História é importante, pois uma de suas atribuições é fazer ao homem conhecer sua origem e simultaneamente reconhecer em que medida ações ao longo do tempo se estabilizaram, foram modificadas ou ressignificadas e que o indivíduo é produto desses acontecimentos no tempo, ratificando a ideia de Carr sobre a função do historiador que “não é amar o passado ou emancipar-se do passado, mas dominá-lo e entendê-lo como a chave para a compreensão do presente.” (1982, p. 61).

Circe Bittencourt (2004, p.120-123) enumera algumas finalidades do ensino de História, inicia sua reflexão com uma pergunta que permeia todos os níveis de ensino Por que estudar História? A essa pergunta geralmente é dada uma resposta clássica que se resume em compreender o presente e criar projetos para o futuro, porém segundo Circe as finalidades do ensino de História não se limitam a essa frase.

Para a autora “Um dos objetivos centrais do ensino de História na atualidade, relaciona-se à sua contribuição na construção de identidades” (2004, p. 121), não somente na identidade nacional, mas sim a formação da cidadania, mais especificamente a do cidadão político.

Ao estudar a História, o indivíduo deve:

ter condições de refletir sobre tais acontecimentos, localizá-los em um tempo conjuntural e estrutural, estabelecer relações entre os diversos fatos de ordem política, econômica e cultural, de maneira que fique preservado das reações primárias: a cólera impotente e confusa contra os padrões, estrangeiros, sindicatos ou o abandono fatalista da força do destino. (Segal, p.103 apud Bittencourt, 2004, p. 122).

Ainda de acordo com Circe Bittencourt, a formação política proporcionada pelo ensino de História está vinculada a outra significativa finalidade,

a da formação intelectual, que acontece por intermédio de um compromisso de criação de instrumentos cognitivos para a criação de um pensamento crítico, que tem sua gênese na capacidade de observar e descrever, estabelecer relações entre presente-passado-presente, fazer comparações e identificar semelhanças e diferenças entre os eventos passados e futuros.

Outra finalidade segundo Circe é a formação humanística, que corresponde a compromissos gerais da sociedade, não àquela agente de uma educação destinada a construção de uma elite, mas que tem como pressupostos outros valores e compromissos.

Diante dos objetivos do ensino de História propostos pelos autores citados, entende-se que o cidadão político, humanizado, crítico, que pensa historicamente, que tem consciência das experiências do passado e como elas se refletem em seu cotidiano, ou seja, aquele que se enxerga como um sujeito histórico não se contentará com o modo tradicional de estudar História, "sendo assim, faz-se necessário outro modelo educacional, uma vez que os padrões atuais são incompatíveis a memorização, repetição de fatos e o professor exclusivo detentor do saber." (FRANÇA, SIMON, 2006)

França e Simon propõem que as mudanças no ensino de História podem iniciar com a utilização de computadores, e a partir dos recursos multimídia como imagens, vídeos, sons e outros programas que oferecem, possibilitam aos alunos, melhor compreensão do passado, analisando o presente de forma mais crítica. Salientam também que a internet é um recurso muito válido se utilizado de forma criativa como, por exemplo, visitas on-line em museus e consultas a arquivos históricos.

Para o aluno essa a utilização dessas formas de tecnologia em sala de aula é uma forma de se interligar ao mundo, além de promover o bem estar no ambiente de aprendizado, atraindo e estimulando a criatividade.

Ao docente que se dispõe a avançar no uso de recursos tecnológicos seu papel aqui consiste em ser um mediador entre a transmissão do conteúdo que leva o aluno a reflexão, e a utilização propriamente dita da tecnologia, que não deve ser vista como um meio pedagógico de solucionar todos os problemas da educação servindo apenas como um paliativo que desperta maior interesse nos alunos.

A educação a distância carrega um preconceito que deriva de

propostas e modelos pedagógicos que utilizavam a EAD apenas no mínimo da capacidade que ela oferecia, ou seja, atraía por se diferenciar na oferta de recursos tecnológicos tão presentes no cotidiano, porém na prática não fazia jus ao que propunha.

Aqui reside um problema, não se deve tratar a EAD somente como tecnologia pela tecnologia, antes se faz necessário repensar o papel dos atores envolvidos, especialmente o do professor, pois por seu intermédio e não do computador, internet, recursos multimídia, o aluno poderá alcançar os objetivos da aprendizagem.

Os professores de História devem aproximar de si o título de historiadores, pois normalmente se esquecem que o são.

Ainda sobre as considerações de Carr sobre Que é História? uma reflexão do autor nos diz muito sobre o papel do historiador e os fatos, evoco aqui novamente o papel de historiador aos professores, fazendo um paralelo sobre a validade da EAD. Carr compara os fatos a peixes, que podem ser encontrados na peixaria, porém são muito mais como peixes nadando no oceano, e que a pesca do historiador dependerá principalmente da parte do oceano que ele prefere pescar e dos instrumentos que utiliza para tal – o que reflete na qualidade dos peixes que pega - assim é possível vislumbrar a importância do professor de História que sabe onde pescar as melhores informações, ou seja, que é conhecedor da historiografia, além dos instrumentos que utiliza, cabendo aqui uma comparação entre um bom molinete e o uso da tecnologia. Os resultados obtidos são fruto do conhecimento do local onde se pesca e o meio que se utiliza para tal, da mesma forma é o ensino de História.

Ainda que se demonstrem modelos de ensino a distância que apresentam resultados positivos na formação do cidadão crítico, as maiores barreiras não se apresentam no uso da tecnologia e na separação física entre aluno e professor, antes porém no preconceito ou temor advindos da mudança e do desconhecido.

Mudar o ensino da história é, de forma limitada, mudar um pouco a sociedade. Não é preciso esconder a enorme resistência a essas mudanças. As resistências aparecem sob todas as formas de conservadorismo. Elas advêm também de nossa grande ignorância didática e da impotência dos historiadores em escancarar seus métodos ao público – não se trata de mostrar técnicas ou produto. (SEGAL, 1984, p. 16).

3.1 Os Professores e a EAD

Com o surgimento diário de novas questões no panorama educacional, o profissional da educação necessita adotar nova postura e conseqüentemente quebrar alguns paradigmas e aceitar e incorporar esse novo modelo de educação que se apresenta.

Oliveira (2003, p.22-23) denomina paradigma como sendo um padrão que se cria e orienta todas as ações e percepções do sujeito, permitindo-o ler sua realidade de forma inusitada, afetando seus valores e modificando as formas pelas quais age e como pensa as instituições e sociedade.

Kuhn (1991, p.18) apud Oliveira (2003,p.23) define o conceito de paradigma como realizações científicas , universalmente reconhecidas que, durante algum espaço de tempo fornecem problemas e soluções clássicas aos praticantes de uma ciência, ou seja, quando muda o paradigma científico, conseqüentemente a ciência sofre uma revolução, visto que abandona seus velhos pressupostos e passa a se debruçar sobre outros. Essas grandes transformações ocorrem quando se constata que muitos problemas ou fatos já não podem ser explicados pelos velhos paradigmas.

Ainda segundo Oliveira, há um desafio imposto, que é a transição de um paradigma conservador que prevaleceu nos últimos séculos para um paradigma emergente, que proporcione a renovação de atitudes, valores e crenças exigidos, em suma o momento de transição paradigmática proporciona ao docente a revisão de seus procedimentos e até mesmo de sua maneira de ensinar, aprender, pesquisar e encarar a vida.

Um mundo com mutações aceleradas exige um novo professor, capaz de conquistar e fazer ciência, de apropriar-se da técnica, sem, entretanto, esquecer sua humanidade e seu compromisso político de colocar a ciência e a tecnologia a serviço do seu bem-estar social, realizando novos projetos com o intuito não apenas de informar, mas principalmente de formar. Na emergência de um novo paradigma social, cabe ao professor inovar pedagogicamente em novas bases. Isso envolve uma mudança profunda e contínua na formação docente. (OLIVEIRA. 2003, p. 39)

O quadro abaixo proporciona reflexões sobre essa mudança de paradigma, em que o professor torna-se um agente transformador da educação, o aluno tem prazer em aprender, e através da mudança desses dois agentes todo o processo se transforma.

Quadro 3 – Paradigmas em Educação

No velho paradigma	No paradigma atual
<p>O professor é detentor e transmissor do saber: detém o conteúdo, repassa ao aluno e avalia.</p> <p>Prevalece aula expositiva, com conteúdos desvinculados da realidade do aluno. O professor é condutor do processo de ensino e aprendizagem, pesquisa pelo aluno e lhe entrega pronto, como conhecimento verdadeiro e acabado.</p>	<p>O professor é mediador: faz a mediação entre o conhecimento e o aluno, orientando a aprendizagem. Possibilita o trânsito pelos saberes diversos. Conduz o aluno à pesquisa e a busca pelo saber, pelo simples aprender. Envolve fontes variadas e inovadoras de busca pelo conhecimento.</p>
<p>O aluno é receptor: recebe passivamente os conhecimentos prontos e selecionados pelo crivo do professor. Ouve as explicações e reproduz o que o professor almeja que aprenda, diga, pense e escreva.</p>	<p>O aluno é aprendiz: busca o conhecimento, é desejoso, é investigativo, busca o saber pelo prazer de saber, é responsável pelo próprio crescimento. Reconhece-se agente da sua aprendizagem, sendo o professor o mediador entre si mesmo e o que deseja e necessita aprender.</p>
<p>A sala de aula: é o espaço de transmissão do saber e da cultura, no qual o aluno escuta e recebe e o professor lhe repassa o conhecimento. É restrito ao espaço escolar.</p>	<p>A sala de aula: é o ambiente de cooperação e de construção colaborativa. Assim, extrapola o entorno escolar. Prevalece a busca pela construção do conhecimento, que resulta do saber compartilhado por todos os envolvidos.</p>
<p>A avaliação: busca verificar o que o aluno aprendeu. É centrada na reprodução do conteúdo</p>	<p>A avaliação: busca avaliar o que o aluno aprendeu e o que ainda precisa aprender. Possibilita intervenções durante o processo, no sentido de promover o acompanhamento da aprendizagem e do crescimento do aluno.</p>
<p>A tecnologia na educação: é desvinculada do contexto, utilizada apenas como recurso didático, com o fim de tornar a aula mais atraente.</p>	<p>A tecnologia na educação: é inserida no contexto, como meio de pesquisa e fonte de informação (...) para a aquisição de diferentes conhecimentos. É colocada em favor</p>

	da educação.
--	--------------

Fonte: SUZUKI e RAMPAZZO (2009, p. 18-19).

De acordo com Mercado (2002, p. 15-16) é preciso formar os professores do mesmo modo que se espera que eles atuem, entretanto a inclusão das novas tecnologias nos currículos dos cursos de formação de professores esbarra nas dificuldades com o investimento necessário para a compra de equipamentos e na falta de professores capazes de superar preconceitos e práticas que rejeitam a tecnologia.

Atualmente a maioria dos processos de capacitação de professores e formação de futuros professores consiste em cursos com pequena duração e geralmente voltados para o conhecimento prático de algum programa ou software específico, sem proporcionar a oportunidade de reflexão das possibilidades e/ou dificuldades de seu uso na prática pedagógica.

A interatividade é uma das características necessárias ao docente da EAD, que deve estimular a autonomia intelectual e moral de seus alunos, produzir conhecimento em equipe e promove-lo de forma integral e de qualidade, convertendo o aluno no sujeito ativo da construção de seu conhecimento.

Um dos benefícios proporcionados pela educação a distância é a formação continuada de educadores que atuam principalmente na educação básica, porém não são portadores de diploma de curso superior, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional LDBEN nº 9.394/96 apresenta como critério para a formação do professor que “a formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação” (Art.62). Atualmente diversas IES ofertam cursos de pedagogia na modalidade EAD visando receber essa demanda de educadores que necessitam do diploma para continuar atuando e atendendo a atribuição do Art. 87. § 3º, inciso III que cada Município e supletivamente o Estado e a União devem “realizar programas de formação para todos os professores em exercício, utilizando para isso os recursos da educação a distância.

Oliveira (2003, p. 40) considera pertinente a formação continuada de professores pela EAD apoiando-se em duas razões principais, por um lado atenua as dificuldades que os formandos enfrentam para participar de programas de formação, em consequência da extensão territorial e da densidade populacional brasileira, e por outro lado, atende ao direito de professores e alunos ao acesso e

domínio da tecnologia.

Os cursos de para a formação continuada de educadores devem condicionar a recontextualização do aprendizado e as experiências adquiridas durante a formação para a realidade da sala de aula, de forma que as necessidades de seus alunos sejam ajustadas com os elementos pedagógicos atingidos.

Porém existem muitos cursos a distância dedicados a formação continuada de professores que se baseiam nos paradigmas tradicionais inspirados na matriz positivista, que reforçam a fragmentação dos conteúdos e valorizam os saberes produzidos por pesquisadores sem que tais saberes sejam aplicados em sala de aula. Sobre esses cursos Moraes (1996, p. 58) apud Oliveira (2003, p. 40) afirma que acabam adotando uma prática conservadora, mesmo utilizando-se de recursos tecnológicos modernos, pois

o fato de integrar imagens, textos, sons, animação e mesmo a interligação em sequências não-lineares, como as atualmente usadas na multimídia e hipermídia, não nos dá garantia de qualidade pedagógica e de uma nova abordagem educacional. Programas visualmente agradáveis, bonitos e até criativos podem continuar representando o paradigma instrucionista, ao colocar no recurso tecnológico uma série de informações a ser repassada para o aluno (...) expandindo e preservando a velha forma (...), sem refletir sobre o significado de uma nova prática pedagógica utilizando esses novos instrumentos.

Há que se evitar que seja uma formação técnica, em que a função do professor seja apenas explicar como utilizar as novas teorias ou materiais inovadores presentes na concepção de ambiente virtual de aprendizagem, pois assim o professor assume novamente o papel de simples reprodutor do conhecimento ou de programas e softwares educativos.

3.2 Tutoria presencial (sala) e eletrônica

“Ações conjuntas dos professores, monitores e tutores se fazem presentes com o objetivo de incentivar e valorizar a participação dos alunos nas diversas formas de comunicação.” (MEDEIROS, M.F. e FARIA. E.T pg. 301, 2003).

Assim como a EAD vem adquirindo uma posição de destaque no cenário contemporâneo da educação mundial, torna-se indispensável a transformação não somente de recursos tecnológicos, mas da mesma forma os recursos humanos devem participar ativamente desse contexto de mudança.

Exemplo de recursos humanos que devem ter seus papéis

repensados na Educação a Distância são os tutores e monitores, agentes facilitadores do processo de ensino-aprendizagem.

Além da importante incumbência de integração entre os discentes e interação com os professores e com a instituição de ensino, podemos destacar as tutorias presencial (sala) e eletrônica (monitoria) de fundamental valor para o desenvolvimento dos alunos e o andamento de seus trabalhos e provas no decorrer do curso.

Cabe aos tutores possuir amplo conhecimento de suas funções e do conteúdo, a fim de que fundamentem sua ação de modo que os conteúdos não fiquem desconexos, antes formem uma rede que contemple todas as disciplinas do curso motivando os alunos na busca do conhecimento, colaborando para a redução da evasão, uma das grandes preocupações da EAD.

Cada uma das formas de tutoria estabelece com os acadêmicos relações síncronas e assíncronas. O tutor de sala ou presencial tem a incumbência de organizar os encontros presenciais em que são transmitidas as tele-aulas, são mediadores na relação aluno-aluno, aluno- professor, aluno-instituição, aluno-tecnologia, e em parceria com os professores que se encontram a quilômetros de distância, tiram as dúvidas dos alunos em tempo real ou as encaminham aos docentes e dão suporte às atividades realizadas no decorrer das aulas, como formação de grupos de estudo, debates e apresentação de seminários, além de registrar a frequência dos estudantes.

Em algumas IES os tutores elegem materiais de apoio teórico para o desenvolvimento das disciplinas do curso, processando e reorganizando as informações que serão repassadas aos alunos.

Os tutores eletrônicos ou monitores corrigem os trabalhos que os alunos postam nos ambientes virtuais de (ensino) aprendizagem (AVA ou AV(E)A), incluindo os trabalhos de conclusão de curso e monografias além de normalmente serem os responsáveis pela mediação e andamento dos chats e fóruns do curso. Em alguns casos participam efetivamente em conjunto com os professores da elaboração do material didático e na criação do AV(E)A.

Assim se apresenta o papel do tutor presencial e do tutor eletrônico, são elementos chave no processo de aprendizagem, no acompanhamento e desenvolvimento das atividades e trabalhos acadêmicos propostos em cada curso, além de motivador de táticas de estudo individual que promovem um dos elementos

centrais da EAD a autonomia do estudante.

Nessa mesma direção Erdmann, em seu estudo sobre as funções de tutores e monitores do programa de EAD da PUCRS Virtual, salienta que:

Vivenciar a tutoria e a monitoria significa colaborar ativamente para a construção dos processos ensino e aprendizagem, engajando-se em propostas educacionais que os possibilitem e os redimensionem com o intuito de propiciar interações contínuas e qualitativas entre os agentes envolvidos. (MEDEIROS, M.F.; FARIA. E.T. pg. 306, 2003).

O grande desafio que se coloca aos tutores e monitores é que atuem de forma global, sendo capazes de produzir mudanças a partir de um conhecimento totalizante composto coletivamente.

3.3 EAD como forma de inclusão social

Dentre as muitas possibilidades de caracterizarmos a função da EAD, podemos considerá-la como uma forma de atender os que estão à margem dos sistemas educacionais, seja por fatores financeiros, tempo, localização ou absorção do aumento da demanda por vagas no ensino superior, principalmente ao contemplarmos a oferta de vagas das IES particulares.

A educação a distância no Brasil, desde a primeira geração de educação por correspondência, pode ser apreciada como elemento de inclusão social através da democratização do acesso ao ensino, não só o superior, mas também o básico e o de formação continuada, oportunizando a aqueles que não podem frequentar um curso presencial um modo de conciliar trabalho, família e educação.

O avanço no uso das TIC na educação, e especialmente da utilização da internet tendem a tornar financeiramente mais acessível o processo da EAD, isso aliado a crescente demanda pela formação são fatores que contribuem para o progresso da educação a distância, apresentando-se como uma ferramenta importante na disseminação do conhecimento que pode ser acessado a qualquer hora por um grande grupo de pessoas separadas geograficamente.

Para que a inclusão social aconteça através da educação, o Estado tem papel fundamental na construção de políticas públicas que favoreçam a disseminação de programas de educação a distância de qualidade, com projetos

bem fundamentados pedagogicamente e capazes de transformar a realidade da educação brasileira carente em tantos aspectos.

4 CONCLUSÃO

A educação é o único modo de compreendermos e nos posicionarmos na sociedade contemporânea, e a tecnologia figura como mediadora nesse processo de constituição de uma nova sociedade.

Sabemos que a EAD está conectada não apenas as mudanças tecnológicas, mas também as transformações sociais, no modo como se aprende, nas relações entre quem ensina e quem aprende, na indispensável interação entre as máquinas e quem aprende e quem ensina.

A modalidade de ensino a distância sempre existiu desde que o ensino formal existe, não sendo, portanto uma novidade resultante da tecnologia. O que é novidade é a dimensão que o sistema de ensino a distância assumiu por decorrência do emprego das novas tecnologias da informação e comunicação.

A infinidade de alternativas midiáticas que a tecnologia proporciona em benefício da educação resultou na sua popularização em todo o mundo, não mais limitando o seu emprego em situações onde o ensino presencial se fazia inviável.

O avanço tecnológico tem sido o responsável por fundir o ensino a distância e o presencial, resultando em um interessante modelo híbrido.

As ferramentas e métodos tradicionalmente próprios ao sistema de EAD estão cada vez mais inseridos no ensino presencial, em todas as modalidades de curso, desde cursos profissionalizantes, de graduação, especialização e formação continuada.

Todavia, a idéia de educação a distância, como modalidade, precisa ser compreendida mais pelo que tem de essencial como processo educativo do que como um outro processo tecnológico, no qual as tecnologias são meramente instrumentais (...) O que parece importante ter em mente é que o advento das tecnologias da informação e comunicação representadas pela entrada em cena da cibernética, de satélites, vídeos, microcomputadores, correio eletrônico, multimídia, hipertextos, infovias e redes eletrônicas abriram novos horizontes para a educação. Mas elas, por si só, não constituem garantia de qualidade da proposta pedagógica que se queira implementar. Constituem, porém, ferramentas que tornam possível uma maior eficácia e qualidade da educação, numa perspectiva continuada e a distância. (Legislação e Normas da EAD pg. 15/16. 2005).

Cabe aos professores a capacitação visando o domínio das novas tecnologias aplicadas na educação a distância, pois hoje estas ferramentas não mais podem ser consideradas especificamente do ensino a distância e sim

ferramentas pedagógicas.

REFERÊNCIAS

BITTENCOURT, Circe M.F. **Ensino de História: fundamentos e métodos**. SP: Cortez, 2004.

BLOCH, Marc Leopold Benjamin. **Apologia da História, ou, O ofício de historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BURCH, Sally. **Sociedade da Informação / Sociedade do conhecimento**. Disponível em:

<https://www13.unopar.br/unopar/ava/aluno/formwebaula.action?gecronofer.gcofCd=183896&geoferturm.goftCd=4100929&gediscofer.gofdCd=1612601#7>. Acesso em 30/08/2012.

CARR, E.H. **Que é História?**. Conferências George Macaulay Trevelyan proferidas por E.H. Carr na Universidade de Cambridge, janeiro-março de 1961. Tradução de Lúcia Maurício de Alverga, revisão técnica de Maria Yedda Linhares. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 3ª Ed. 1982.

DAMÁSIO, Manuel José. **Tecnologia e Educação**. Lisboa: Nova Vega, 2007.

DEMO, Pedro. **Professor & Teleducação**. Tecnologia Educacional, nº 143, vol. 26, out./nov./dez. 1998.

FRANÇA, Cyntia Simioni & SIMON, Cristiano Biazzo. **Como Conciliar Ensino de História e Novas Tecnologias?** <http://www.uel.br/eventos/sepech/sepech08/arqtxt/resumos-anais/CyntiaSFranca.pdf>. Acesso em 13/11/2012.

KEARSLEY, Greg; MOORE, Michael G. **Educação a Distância: uma visão integrada**. Editora Cengage Learning, 2007

KUHN, Tomas. **As estruturas das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

Legislação e Normas da Educação a Distância no Brasil: Editora Fundação Nacional de Desenvolvimento do Ensino Superior Particular. Brasília: Funadesp, 2005.

MAIA, C.; MATTAR, J. **ABC da EaD: a educação a distância hoje**. São Paulo: Pearson, 2007.

MEDEIROS, M.F. e FARIA, E.T. **Educação a distância: cartografias pulsantes em movimento**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2003.

MERCADO, Luís Paulo Leopoldo (org.). **Novas tecnologias na educação: reflexões sobre a prática** – Maceió: EDUFAL, 2002.

OLIVEIRA, Elsa Guimarães. **Educação a distância na transição paradigmática**. Campinas, SP: Papyrus, 2003. Coleção Magistério: Formação e Trabalho Pedagógico.

SEGAL, André – **Por uma didática da duração**, in MONIOT, Henri (org) (Tradução BITTENCOURT, Circe.). *Enseigneur L'histoire – des manuels a la mémoire*. Berne, Peter Long Editions, 1984.

SILVA, Marcos. **Sala de Aula Interativa**. Rio de Janeiro, Quartet, 2001.

SOARES, Magda. **A necessidade de ler**. TV Escola, pp. 35-37.2001.
SUZUKI, Juliana Telles Faria; RAMPAZZO, Sandra Regina dos Reis. **Tecnologias em educação**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2009.
VELOSO, Renato. **Tecnologias da Educação e da Comunicação: desafios e perspectivas**. São Paulo: Saraiva, 2012.

VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elisabeth. **A universidade virtual no Brasil: o ensino superior a distância no país**. – Tubarão : Ed. Unisul, 2003.
VIANNEY, João; TORRES, Patrícia; SILVA, Elisabeth. **A universidade virtual no Brasil: os números do ensino superior a distância no país em 2002**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL SOBRE UNIVERSIDADES VIRTUAIS NA AMÉRICA LATINA E CARIBE, 2003, Quito-Ecuador. Anais... Quito: Unesco, 2003. Disponível em: http://www.portaldeensino.com.br/ead_historico.pdf Acesso em 02 out. 2012.
LDB 9.394/